

Senado

Nem jamanta resolve

CORREIO BRAZILIENSE

13 JUN 1990

Não há sinais de um fim próximo para a novela em que se transformou a questão das listas de retiradas exigidas pelo Senado à ministra da Economia. O senador Jamil Haddad, que as requereu,



passou parte da manhã de ontem examinando o material e não está nem um pouco satisfeito. De qualquer forma, o problema não se esgota aí. Há sérios indícios de que não se chegará a muita coisa.

Se Haddad esperava uma lista fácil de entender, tem mesmo por que se decepcionar. Excluindo as relações encaminhadas pelo Banco do Brasil, ele tem agora uma maçaroca montada a partir de formulários encaminhados pelo Banco Central a cada uma das instituições bancárias do País. O resultado não foi organizado sequer em ordem cronológica. Pior, não indica como se fizeram as retiradas, nem de que agências.

Isso traz uma séria implicação de natureza prática. Supondo-se que um aplicador emitiu um cheque contra sua conta corrente, depositando-o então em uma caderneta de poupança, seu nome aparecerá na lista. No entanto, ele dificilmente poderá ser considerado um beneficiário de insight informations, uma vez que teve seu dinheiro bloqueado do mesmo jeito.

Hoje o senador examinará novamente as relações, na companhia de um experiente técnico bancário. Não há tantas listas assim. Se o líder do Governo no Senado, José Ignácio, ameaçava os adversários com um verdadeiro derrame de papel trazido por várias jamantas, os oito vulgares pacotes já em poder do Senado mostraram que essa projeção visava apenas desestimular os adversários. Ainda falta, é verdade, uma parte das listagens, mas nem por isso as jamantas têm por que se assanhar.

A partir daí, se julgar mesmo insatisfatórios os dados recebidos, Haddad pretende requerer uma sessão secreta do Senado para examinar a situação. Em tese, pode-se abrir uma auditoria. Trata-se de um processo demorado, que recomeçará tudo da estaca zero. A questão, porém, não se resume nisso.

O que os senadores oposicionistas, como Haddad e o ex-vice de Lula, Paulo Bisol, gostariam mesmo de fazer é checar os rumores de que determinadas pessoas — em especial parentes e ex-parentes de altas autoridades — teriam promovido altas retiradas. Como admite Bisol, sem uma verificação séria não há como confiar nessas pistas. As listas serviriam também para isso.

Supondo-se que se encontrem mesmo nomes nessas condições, o que aconteceria? Aí é que está a verdadeira questão. O senador Jamil Haddad já anunciou que quebraria o sigilo bancário para denunciar os abusos. É uma discussão jurídica e delicada: de um lado estaria o sigilo bancário, de outro o risco de cumplicidade ou convivência com um ato irregular. Aliás, o ato irregular não seria de quem retirou o dinheiro, mas de quem lhe passou a informação. De qualquer forma, o senador não correria risco de processo, nos termos do artigo 53 da Constituição.

O problema está em comprovar a irregularidade do movimento. A simples transferência de uma aplicação para outra, por exemplo, não caracterizaria qualquer abuso. E nada disso pode ser examinado. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Cid Sabóia, fala em colocar a Polícia Federal, do delegado Romeu Tuma, para obter essas informações, a partir de dicas dos senadores. Parece um procedimento complicado demais para dar certo. E há um dead line aí. O mandato de Jamil Haddad se esgota em janeiro e ele não disputa a reeleição mas um mandato de deputado. Tem grandes chances. Só que estará em outra Casa e de lá precisará, uma vez mais, começar tudo outra vez.